

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

MICHELLE MALAGGI

**ESTUDO DE CASO: ADEQUAÇÃO DE PRÁTICAS PARA  
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM ATIVIDADES DE  
ECOTURISMO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MEDIANEIRA

2011

MICHELLE MALAGGI

**ESTUDO DE CASO: ADEQUAÇÃO DE PRÁTICAS PARA  
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM ATIVIDADES DE  
ECOTURISMO**

Trabalho de Diplomação apresentado como requisito parcial para obtenção de nota para a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira.

Orientadora: Prof. Msc. Alice Jacobus Moraes

MEDIANEIRA

2011

“Embora ninguém possa voltar atrás e  
fazer um novo começo, qualquer um pode  
começar agora e fazer um novo fim”

Francisco Cândido Xavier

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por nos contemplar com o Sol todas as manhãs, pela fé, capacidade, e discernimento para evoluir a cada dia.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Medianeira, por proporcionar conhecimento e intercâmbio entre empresas e alunos, o contato do aluno com empresas, o que possibilita um primeiro contato entre a teoria e a prática.

A professora orientadora Msc. Alice Jacobus de Moraes pelas orientações e esclarecimento de dúvidas, e também pela sua paciência.

A minha família, especialmente minha avó Lourdes e madrinha Gilda Malaggi, pela educação e força em mais esta etapa.

E finalmente a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho e a conclusão deste curso.

## RESUMO

MALAGGI, Michelle. Adequação de práticas para portadores de necessidades especiais em atividades de ecoturismo: estudo de caso. 2011. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campus Medianeira, 2011.

Atividades de ecoturismo estão associadas a contemplação e conservação da natureza. O turismo de aventura está à disposição de todas as classes e também aos portadores de necessidades especiais, cujas atividades sejam adaptadas as suas limitações. O objetivo deste estudo de caso é verificar as reais necessidades dos portadores de necessidades especiais ao desenvolverem o ecoturismo na região oeste do Paraná, e sugerir adaptações nas principais atividades da região. Foram utilizadas bibliografias pertinentes e visitas aos locais onde ocorrem as atividades de ecoturismo e a partir deste levantamento pode-se escrever sobre as reais necessidades deste público, inserindo-os nesta classe e mostrando como o setor de turismo tem se preocupado com estas pessoas, colocando-as em situações reais no turismo de aventura.

**Palavras-chave:** gestão ambiental. Ecoturismo. Portadores de necessidades especiais.

## ABSTRACT

MALAGGI, Michelle. Adequacy of practices to carry special needs in ecotourism activities: case study. 2011. 49f. Work Completion Course. Technology Degree in Environmental Management, Federal Technological University of Paraná. Campus Medianeira 49f, 2011.

Ecotourism activities are associated with contemplation and nature conservation. Adventure tourism is available to all social classes and also to special needs, in which such activities are adapted to their limitations. The objective of this study case is to check the real needs of the people with special needs in order to develop ecotourism in the west of Paraná, and also to suggest changes in the main activities of the region. Relevant bibliographies were used and visits to relevant locations of ecotourism activities were done and to this study with the objective of writing about the real needs of this specific audience, inserting them in the class and showing how the tourism industry has been concerned with these people, putting them in real situations of adventure tourism.

Keywords: environmental management. Ecotourism. carriers special needs.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeiras utilizadas para o banho de mar, que podem ser utilizadas no banho de rio.....	35
Figura 2 – P.N.E. em cadeira para água.....	36
Figura 3 – Handbike, utilizada para esportes e locomoção.....	37
Figura 4 – Modelo de Jeep utilizado no Rio de Janeiro para ecoturismo.....	38
Figura 5 – Vôlei adaptado.....	39
Figura 6 – Portador de Síndrome de Down praticando o arvorismo.....	40
Figura 7 – Atividade de arvorismo.....	40
Figura 8 – Exemplo de bóiacross desenvolvido pela ABETA.....	41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
3.1 TURISMO.....	13
3.2 ECOTURISMO.....	15
3.2.1 Características do Ecoturismo.....	16
3.2.2 Atividades Práticas.....	17
3.2.3 Escala.....	19
3.2.4 Gestão, proteção e conservação dos recursos naturais.....	19
3.2.5 Paisagem.....	21
3.2.6 Interpretação ambiental.....	22
3.2.7 Educação Ambiental.....	23
3.2.8 O Ecoturista.....	24
3.3 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	24
3.4 ECOTURISMO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	27
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade hoje é tida como consumista e passa por um momento crítico, pois o consumismo desenfreado acarretou na pressão sobre os recursos naturais devido à forma que os mesmos estão sendo utilizados. Em contrapartida a esta maneira de viver, está se propondo o desenvolvimento sustentável, onde há equilíbrio e tempo para a natureza se regenerar e muitas são as mudanças ocorridas nas mais variadas áreas, como o caso do ecoturismo, que associa desenvolvimento e preservação (BERALDO, 2010).

A partir de 1980 os temas ambientais começam a ter espaço nas discussões científicas e nos âmbitos político e social, surgindo assim uma nova forma de desenvolvimento que incorpora a qualidade ambiental e a inclusão social. Baseado nesta premissa que se compreende o Ecoturismo, uma atividade que se materializa pela interação e experiência do ambiente de forma sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O ecoturismo é na verdade um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar de todas as populações e classes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

A idéia de ecoturismo ainda está associada à contemplação e conservação da natureza, com ações de sustentabilidade em atividades turísticas, mudando a maneira de usufruir e vivenciar paisagens rurais e florestais, ou ainda outros ecossistemas.

Segundo a constituição Federal todos têm direito ao lazer, no entanto na prática não se verifica esta afirmativa, pois além de questões financeiras, encontram-se os portadores de necessidades especiais, que acabam sendo rotulados e excluídos de atividades ecoturísticas, pois uma atividade em crescente expansão ainda não está adaptada a estes públicos.

Por isso, para pessoas com necessidade especiais, qualquer que seja a origem e característica de sua deficiência, devem ter assegurados seus direitos fundamentais, como o direito à acessibilidade a áreas públicas. A estes devem ser

concedidas iguais oportunidades de participação social, segundo suas capacidades de desempenho, sem discriminações, pois a inclusão de pessoas com deficiência em atividades em áreas naturais, com exercícios físicos, recreação e contemplação da natureza que proporcionam a promoção da auto-estima e socialização dessas pessoas que auxiliam para a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes voltadas para a conservação e uso sustentável do meio ambiente, de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade.

As atividades de aventura como o trekking, o montain-bike, trilhas, jeep tour, as cavalgadas, a tirolesa, a ecocanoagem, o floating, o rafting, o rappel, e o arborismo, são consideradas de aventura e lazer, que além de preservar o meio ambiente local, ainda proporcionam a conscientização ambiental, podendo ser utilizada como estudo científico, já que para este público diferenciado as sensações têm maior influência sobre o indivíduo.

Estas atividades na grande maioria ainda inacessíveis aos portadores de necessidades especiais, com algumas adaptações, preparação de profissionais, acompanhamento e assistência adequada podem estar ao acesso destes e também gerar uma renda maior aos empresários deste ramo, pois trazem maior público.

Pensando nesta temática este trabalho de conclusão de curso dedica-se a informar para as pessoas que portadores de necessidades especiais podem e devem participar de atividades ecoturísticas, levando em consideração que esta parcela da sociedade não é mais tida como minoria, mas sim um percentual considerável.

A constituição brasileira expressa que toda pessoa tem direito ao livre acesso e a livre locomoção. Falta à sociedade a visão de obrigatoriedade, uma ligação entre lei e os já existentes parâmetros estabelecidos pela ABNT, normas técnicas de acessibilidade NBR 9050/1994, que visam proporcionar as pessoas portadoras de necessidades especiais e aquelas com capacidade reduzida, condições adequadas em qualquer ambiente público ou privado, mas este trabalho menciona apenas locais turísticos do Oeste do Paraná.

Trata-se de uma tomada de consciência de âmbitos variados com propósitos redobrados, que permitem a qualidade de vida ao indivíduo com necessidades especiais, facilitando suas atividades e seu dia-a-dia na integração da vida comunitária. É de grande relevância que a região Oeste tenha uma preocupação

maior com este público, pois com as belezas naturais da região e com o grande desenvolvimento do turismo ecológico, precisa-se estar preocupado em dar acessibilidade a todos os públicos.

Baseado nesta afirmação, este projeto tem o objetivo de realizar o turismo ecológico na região de Medianeira e Mara Lúcia, no oeste do Paraná, levando aos administradores destes locais ações que possam melhorar o acesso e a prática em atividades de ecoturismo para portadores de necessidades especiais. Do contrário, qual seria o sentido de se criarem as atividades no turismo ecológico, incluindo a educação ambiental para determinados públicos, visto que todos têm o direito ao lazer.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Sugerir ações e adaptações no ecoturismo que proporcionem a inclusão dos portadores de necessidades especiais a estas atividades no empreendimento A e B, fazendo a inclusão social e a educação ambiental.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar ações de sugestões para incluir e adequar melhorias para as atividades de ecoturismo aos portadores de necessidades especiais em qualquer local onde haja este tipo de atividade na região Oeste do Paraná, mas principalmente no empreendimento A e B;

- Sugestões baseadas em outros estudos, como a adequação de corrimão, rampas, acompanhamento profissional; atividades diferenciadas como trilhas para cegos e portadores de síndromes, onde possam sentir cheiros e experimentar sensações;

- Para portadores de necessidades físicas, sugerir adequações para o turismo de aventura, como banho de rio assistido, pedalada através da handbike pelos locais, jeep tour adaptado, entre outras atividades paralelas, como vôlei adaptado.

- Promover o lazer, inclusão social e educação ambiental através das atividades de ecoturismo sugeridas;

- Desenvolver novos estudos as instituições que desejarem.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 TURISMO

Para Bursztyn (2005), o turismo não é apenas o deslocamento de um lugar para outro, mas as atividades realizadas nestes locais. Mas segundo a autora esta atividade foi verificada na Grécia antiga, quando as pessoas se deslocavam para assistir jogos ou festivais públicos e religiosos.

Com o período do pós-guerra, e com o desenvolvimento da indústria e a criação da aviação comercial, o setor turístico teve considerável crescimento, pois havia ficado mais fácil viajar, já que não se utilizava mais dos demorados cruzeiros, além do que houve melhorias salariais, crescimento e competitividade de agências de turismo (BURSZTYN, 2005).

A diversificação da oferta turística mundial em relação às tendências da demanda, entre outros fatores, ocasiona a expansão do mercado e o surgimento e consolidação de variados segmentos turísticos. A segmentação, nesse caso, é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda (CÂNDIDO, 2008).

No que se refere à oferta, o Brasil apresenta recursos ímpares que, aliados à criatividade do povo brasileiro, possibilitam o desenvolvimento de diferentes experiências que definem tipos de turismo – Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Rural, Turismo de Aventura e tantos outros. A transformação de tais recursos em atrativos, de modo a constituírem roteiros e produtos turísticos, utiliza a segmentação como estratégia principal. Para tanto, são necessárias medidas que visem à estruturação, ao desenvolvimento, à promoção e à comercialização adequadas à singularidade de cada segmento e de cada região turística (CÂNDIDO, 2008).

Para Cândido (2008, p.1) Turismo é definido como

É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Ainda para Cândido (2008, p.1), turismo é um sistema que:

superestrutura organizações do setor público e privado;  
demanda: turistas; infra-estrutura: aeroporto, estrada, ferrovias;  
atrativos: naturais e construídos; equipamentos: hotéis, restaurantes, agências de viagem, etc; comunidade receptora: residentes locais; produto turístico: atrações do núcleo receptor, facilidades oferecidas ao turista.

Para Cristofidis (2003), Turismo é definido como uma atividade que envolve aspectos humanos, mas que corresponde a um serviço, para a satisfação do homem, diferenciado do mercado de bens de consumo, este busca as diferenças, envolvendo aspectos socioeconômicos e culturais, fazendo com que as pessoas com interesse nessa atividade se desloquem de sua residência, por um período determinado.

Ainda para a autora acima o turismo independente de sua natureza, traz uma grande possibilidade de multiplicar os negócios, com capacidade de conectar cultura entre povos e desenvolvimento socioeconômico, gerando benefícios a todos que deste serviço vivem.

O turismo pode ser classificado em cinco vertentes: o turismo rural, onde as pessoas buscam vivenciar experiências do meio rural; o turismo cultural, é tudo aquilo produzido pelo homem; o turismo ecológico, que tem por objetivo a contemplação da natureza, entretanto pode ainda englobar o turismo cultural e rural; o turismo de negócios e o turismo religioso, onde as pessoas se deslocam para conhecer certas religiões ou movimentos religiosos (CRISTOFIDIS, 2003).

No Plano de Desenvolvimento Preliminar do Turismo Rural e Ecológico – APL (2008), o turismo é tido como uma atividade difícil de desenvolver, não apenas pelos produtos e serviços, mas por representar diversos outros setores e exerce importante papel de crescimento na economia, geração de lucros, criação de empregos e desenvolvimento regional.

### 3.2 ECOTURISMO

O termo ecoturismo foi introduzido no Brasil no fim da década de 80, quando se iniciavam as preocupações com o meio ambiente. Neste período a EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo iniciou o projeto Turismo Ecológico, em 1985, que juntamente com IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, dois anos depois criaram a Comissão Técnica Nacional sobre o tema (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Para o Ministério do Turismo (2008, p. 16), em 1994 com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR afirma que ecoturismo é

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

No Brasil o ecoturismo aparece com vista de ser contemplado e atrelado à necessidade de conservação do ambiente através de técnicas e atividades sustentáveis, como o turismo ecológico sustentável, onde se possa usufruir destas paisagens rurais e áreas florestadas de maneira correta (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O Ministério do Turismo (2008), por sua vez, tem desenvolvido ações no âmbito do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão para

disseminar o turismo acessível, apoiando projetos que visam à acessibilidade urbana e à adaptação de atividades turísticas.

Essas iniciativas aquecem o mercado de turismo acessível e estimulam um mercado consumidor ainda tímido, mas com grande potencial de crescimento.

Ainda para o Ministério do Turismo (2008, p. 17), o ecoturismo, é uma segmentação do turismo, que parte dos aspectos de utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável e que refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”.

Através das características do ecoturismo, do contato com áreas naturais, da superação de adversidades do local e do contato físico, a atividade tem mostrado seu poder de resgate de vínculos entre homem e meio ambiente, oferecendo uma percepção sobre a cultura, e a necessidade de transformação em prol da sustentabilidade e mudança de hábitos voltados à preservação (NEIMAN, 2011).

Ainda em atividades de ecoturismo o homem vivencia a natureza no seu todo, tanto na questão de que ele faz parte dela quando respira, alimenta-se e desloca-se quanto nas diferenças existentes entre homem e animal, que pode auxiliar na compreensão da realidade (NEIMAN, 2011).

Em outra linguagem, ele promove a harmonia dos seres humanos com a natureza, utilizando o patrimônio natural de forma sustentável, que significa impulsionar a economia, a ética e as relações sociais, incentivando a conservação e consciência ambiental.

### 3.2.1 Características do ecoturismo

De acordo com o Ministério do Turismo (2008), o ecoturismo possui características próprias que o define e identifica como o tipo de atividade prática, qual é a escala de ocorrência, preocupação com a proteção e conservação dos recursos naturais, envolvimento com a paisagem, interpretação ambiental e educação ambiental, serão vistas cada uma destas características, mas a ação conjunta destas é que dão o sentido ao todo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).



Entretanto, para Laskoski (2006), o conceito de ecoturismo bem como sua origem apresenta diferentes explicações, que são frequentemente questionadas ou redefinidas, mais ainda assim, define a atividade de turismo na natureza, no qual o viajante é atraído a um destino devido seus interesses em determinados aspectos da história natural, educacional e de aventura.

Existem dois conceitos sobre ecoturismo, um mais amplo que aplica-se ao turismo que utiliza recursos naturais, focalizando ambientes como reservas selvagens, parques e habitantes protegidos, e o conceito mais estreito descreve a ações de pessoas que promovem atividades orientadas à natureza (LASKOSKI, 2006).

Laskoski (2006 p. 7), afirma que ecoturismo é, “satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, lazer e estética.”

Muitos autores afirmam que a relação existente entre homem e natureza resulta em impactos negativos ao meio ambiente, portanto o ecoturismo deve ser caracterizado como uma atividade de turismo com a finalidade de conservar e desenvolver o meio ambiente utilizado nas atividades, levando em conta conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

O Ecoturismo também possui seus princípios, como a utilização de forma sustentável dos recursos; reduzir o consumo exagerado e desperdício, que evita custos de recuperação e contribui para a boa qualidade do turismo; manter a diversidade natural, social e cultural, promovendo-as, pois criam uma base resistente para a atividade turística; integrar turismo e planejamento; apoiar economias locais; envolver a comunidade; treinar equipes, que melhora a qualidade do turismo; fazer marketing, que fornece informações completas e responsáveis; realizar pesquisas e monitoramento, para coleta de dados e análise para aumentar a satisfação dos clientes e atender a novos públicos (LASKOSKI, 2006).

### 3.2.2 Atividades práticas

As atividades desenvolvidas pelo ecoturismo são uma gestão do turismo, de atividades como: hospedagem, transporte, alimentação, recreação, entretenimento, guiamento, entre outras, e ainda as práticas de contato com a natureza, dando sentido a atividade, portanto é necessário que estas considerem:

- Instalações, quais os seus aspectos, estilo arquitetônico, técnicas e procedimentos adotados e materiais;
- Vias e meios de transporte com baixa potencialidade de degradação e poluição, adequados ao tipo de ambiente;
- Serviços e produtos compatíveis com o tipo de atividade desenvolvida, com princípios de qualidade e condizente com a cultura local;

Ainda para as atividades de caráter típico do ecoturismo, devem obedecer aos princípios da conservação, podendo ser realizadas em conjunto com as demais práticas de inúmeras formas, sempre observando e seguindo normas e padrões de segurança e qualidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

As atividades podem ser:

a) Observação – análise detalhada da aparência e das características da fauna, flora, formações rochosas entre outros, com técnicas de interpretação ambiental, guias devidamente adequados com equipamento e vestuário.

Observação de fauna – técnica de observar, identificar e estudar o comportamento e habitats de determinados animais, como as aves, mamíferos, cetáceos, como as baleias, botos e golfinhos, também há insetos, répteis, peixes e anfíbios.

Observação da flora – que envolve a mesma técnica para fauna, mas destacando-se as plantas medicinais, ornamentais, utilitárias e de exuberância paisagística.

Observação de formações geológicas – atividade pouco desenvolvida no Brasil, mas que consiste em caminhada, com locais estratégicos para a discussão da origem dos ambientes e suas transformações terrestres (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

b) Contemplação – apreciação de flora; de fauna; de paisagens e de espetáculos naturais, como as cataratas do Iguaçu, Lençóis Maranhenses, Floresta Amazônica, cujas atividades são: caminhadas, com finalidade de contemplação e observação; mergulho, observação de ambientes submersos naturais, com possibilidade de interpretação; Safáris fotográficos, itinerários organizados para fotografar paisagens ou animais, a pé ou por meio de transporte; trilhas interpretativas, vias ou percursos

com função educativa e vivencial, que permite amplo conhecimento da fauna, flora, paisagem, clima e outros aspectos biológicos, além de aspectos culturais, permitindo melhor compreensão de todas estas questões. As trilhas podem ser guiadas, exigindo sinalização, intérpretes devidamente capacitados, proteção e facilidades como corrimões, escadas, pontes, proporcionado ao homem a sua relação com o meio natural (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Existe uma diversidade muito grande de atividades que podem ser desenvolvidas neste segmento do turismo, como atividades de aventura, de pesca, náutica, esportiva, culturais, entre outras.

### 3.2.3 Escala

O Ecoturismo caracteriza-se por dois aspectos principais, de acordo com a sua capacidade de suporte, número máximo de visitantes, freqüências, dia/mês/ano que o local pode suportar em relação ao meio físico e social, com diferentes metodologias de avaliação e dimensionamento de potenciais impactos ambientais, portanto uma escala seria o porte dos equipamentos, que vai variar conforme as dimensões da atividade e volume e intensidade dos fluxos turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

### 3.2.4 Gestão, proteção e conservação dos recursos naturais

Uma característica primordial que versa a adoção de estratégias e ações para minimizar possíveis impactos resultantes da visitação turística é a adoção de táticas para a gestão sustentável da atividade. Para isso é necessário que se disponha de medidas previamente planejadas, organizadas e gerenciadas de forma sistemática, que possa promover a conservação, recuperação, preservação e manejo do local em questão, em conjunto com as demais situações do local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Percebe-se que a Gestão Ambiental é indispensável para o desenvolvimento do Ecoturismo, da qual existem inúmeras metodologias, desta maneira é indispensável que alguns pontos sejam levantados, tais como:

- Instrumentos reguladores: são as normas, regras, instrumentos e padrões utilizados para adequar projetos e ações para as metas ambientais. Os principais instrumentos reguladores de gestão ambiental são as licenças, o zoneamento e os padrões (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).
- A licença é a permissão para instalação de atividades e projetos com certo potencial de impacto ambiental. Os órgãos de controle ambiental fazem uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) dos projetos mais complexos, o que requer Estudos de Impacto Ambiental (EIA), para dimensionar e minimizar os possíveis efeitos dos projetos propostos.
- Zoneamento, conjunto de regras para o uso racional e adequado da terra, empregado principalmente para indicar a localização mais adequada para certas atividades. Baseia-se na organização de um determinado território em zonas e os respectivos usos destas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Para o Ministério do Turismo (2008, p. 25), o termo de gestão ambiental esta atrelado ao,

uso para designar ações ambientais em determinados espaços geográficos, tais como as áreas protegidas como as Unidades de Conservação. No entanto, esse termo também é muito utilizado para designar um modelo de gestão empresarial responsável, ou seja, um conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva.

- Padrão é o instrumento de utilização mais freqüente na gestão ambiental, os principais são:
  - a) Padrões de qualidade ambiental que determinam os limites máximos de concentração de poluentes no meio ambiente.
  - b) Padrões tecnológicos determinam o uso de tecnologias específicas.

- c) Padrões de emissão determinam os limites máximos para as concentrações ou quantidades totais de poluentes a serem despejados no ambiente por uma fonte específica.
- d) Padrões de desempenho que irão especificar, por exemplo, a percentagem de remoção ou eficiência de um determinado processo.
- e) Padrões de produto e processo que estabelecem dos projetos mais complexos limites para a descarga de efluentes por unidade de produção ou por processo.

Tecnologias limpas e técnicas sustentáveis: é a utilização de novas tecnologias e de técnicas tradicionais ou inovadoras, como práticas responsáveis em relação ao ambiente, geração de energia de baixo impacto, solar, eólica; tratamento de resíduos líquidos e sólidos, implementação de estações de águas servidas, sistemas de fossas sépticas; reutilização de água e de materiais; coleta seletiva de lixo e reciclagem; edificações sustentáveis, técnicas e elementos construtivos e processos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Recuperação de áreas degradadas que tem por objetivo reverter processos de degradação da integridade ecológica dos ecossistemas naturais. Diversos métodos podem ser utilizados, desde a simples aplicação de práticas agronômicas de plantio e re-introdução de espécies arbóreas perenes até a reconstrução dos processos ecológicos, sempre levando em consideração a dinâmica do ecossistema (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O reflorestamento engloba a implantação de florestas em áreas originalmente cobertas por florestas naturais que, por ação antrópica ou natural, perderam suas características. O processo pode ser acompanhado por um plano de manejo de reflorestamento visando aumentar a produtividade.

### 3.2.5 Paisagem

A paisagem é considerada o recurso turístico de importante caracterização do ecoturismo, por isso a preocupação com a infra-estrutura, equipamentos e serviços, que tem por objetivo melhorar a intervenção humana feita na natureza. Desta maneira deve-se levar em conta o meio físico e seus constituintes, como montes,

rios, lagos, penhascos, cachoeiras, ilhas, praias, entre outros. Fatores biológicos, flora e fauna e culturais, que destacam-se pela simplicidade e rusticidade das instalações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

### 3.2.6 Interpretação ambiental

Explica o significado de determinados recursos, neste caso, o atrativo turístico. A preocupação é em proporcionar entendimento do ambiente natural, voltando a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e cultura, esclarecendo dados e fatos. As características do local são advertidas e explicadas em um processo de facilitação destas informações, levando o turista a compreender e vivenciar as experiências mais significativas e ricas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

A interpretação ambiental tem o propósito de sensibilizar e conscientizar para as questões ambientais, o que torna-se uma estratégia de educação ambiental de forma adequada para a comunicação entre natureza e cultura. É vista como uma maneira de contribuir para a sustentabilidade, onde a mensagem a ser passada pode fortalecer a percepção do turista em relação ao meio promovendo a proteção e valorização deste (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Para a complementação e constituição do processo de interpretação, este irá requerer um planejamento que contemplem algumas etapas baseadas no estudo desenvolvido pelo Ministério do Turismo:

- Análise do recurso e de suas potencialidades.
- Identificação dos destinatários ou público-alvo da interpretação.
- Formulação dos objetivos da interpretação.
- Determinação das mensagens a transmitir.
- Seleção dos meios de interpretação.
- Recomendações para a execução das tarefas e levantamento das necessidades de pessoal.
- Eleição dos critérios para efetuar a execução e avaliação.

- Focalizar os sentidos do visitante, de modo a estabelecer a conscientização das características singulares do ecossistema vivenciado.
- Não apenas instruir, mas provocar, estimular a curiosidade do visitante encorajando a exploração mais aprofundada do ambiente interpretado por meio do uso dos sentidos, tato, olfato, audição, etc.
- Buscar a interface nos dados técnicos da fauna e flora local com causos, lendas e histórias de ocupação territorial, entre outros.
- Realizar a interpretação em parceria com a comunidade local, estimulando a troca de conhecimentos dos saberes e dos fazeres.
- Ser acessível a um público mais amplo possível, viabilizando a interpretação do ambiente físico para pessoas da melhor idade, portadores de deficiência etc. Ecoturismo é possível a todos.
- Não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade ambiental e suas relações socioculturais com o entorno. A interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008)

### 3.2.7 Educação Ambiental

Para o Ministério do Turismo (2008, p. 29), educação ambiental é entendida como: “o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

É considerado um processo de aprendizagem contínuo baseado na responsabilidade e respeito a todas as formas de vida, que estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, com inter-relações. A educação ambiental passa as práticas escolares e aos recursos pedagógicos comuns para obter resultados em áreas naturais, onde está o turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

### 3.2.8 O Ecoturista

Tendo em vista as diferentes motivações e comportamentos do ecoturista, é muito difícil a definição de um perfil único para esse turista. Os adeptos do Ecoturismo apresentam perfis diferenciados em função das diversas atividades motivacionais que determinam as características de cada público, abrangendo, principalmente, uma faixa etária abrangente. Geralmente, os turistas desse segmento querem ver, sentir, cheirar, tocar e comer o inusitado; pesquisam muito sobre o destino antes de planejar a viagem; anotam perguntas e querem respostas dos guias e do pessoal que os atendem; querem um tratamento personalizado e prezam pela segurança (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O ecoturismo traz muitos benefícios, desde que aplicado corretamente, como a incitação à compreensão dos impactos que esta atividade causa sobre o meio natural, cultural e humano; assegura distribuição de benefícios e custos; gera emprego local; estimula indústria local, restaurantes, hotéis, alojamentos, sistema de transporte, produção de artesanato e serviços de guia; também diversifica a economia local; estimula melhoria de outros sistemas, como transporte, comunicação e outras áreas da infra-estrutura; o ecoturismo em seu todo mostra a verdadeira importância de se preservar os recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social (LASKOSKI, 2006).

### 3.3 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (P.N.E)

As questões de inclusão social hoje no Brasil, ainda são muito graves, pois milhares são discriminados nas mais variadas formas, nas suas comunidades, nos seus trabalhos, nas atividades de recreação e ainda em outros lugares. A exclusão social é considerada tão antiga quanto a socialização do homem (MACIEL, 2000).

A organização das sociedades, desde a antiguidade sempre tratou os portadores de deficiência como incapazes, marginalizando-os e privando-os de



liberdade, deixando-os sem de fato poderem exercer suas atividades, seus direitos enquanto pessoas (MACIEL, 2000).

Com a evolução das relações sociais pessoas com necessidades já foram denominadas de inválidas, deficientes, excepcionais, portadores de necessidades especiais e recentemente apenas portadores com deficiência. Entretanto, independentemente das terminologias, o preconceito está nas atitudes que ainda não foram retiradas da sociedade, assim como o real direito destas pessoas, porque a sociedade ainda é capitalista, preconceituosa e com segregação social (NUNES et al. 2008).

Nos últimos anos este grupo, tem se mostrado maior e exigido seus direitos. O País tem promovido e implementado escolas, especiais ou não, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no intuito de possibilitar as estas pessoas que resgatem seus valores, se desenvolvam, se capacitem e busquem sua inserção na sociedade (MACIEL, 2000).

Hoje, refletir sobre as questões dos direitos das pessoas com deficiência significa abordar cidadania e democracia, igualdade social e respeito às diferenças. Analisando a inclusão social no contexto brasileiro levando-se em conta justiça social, direitos humanos e imposições econômicas percebemos que ainda vivemos momentos de exclusão (D'AMARAL, 2008).

Para os pesquisadores do Portal Saúde (2011), incluir significa fazer parte, estar inserido, introduzir. “A inclusão é o ato ou efeito de incluir”, portanto a inclusão social das pessoas com deficiências, expressa a ação de incluir, tornando essa comunidade participante da vida social, econômica e política, com os seus direitos assegurados pelo Poder Público.

Para o legislativo brasileiro, a pessoa com deficiência deve ser tratada com prioridade garantindo a acessibilidade, no termos do art. 2º da Lei n.º 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (NUNES, et al. 2008).

O que se percebe atualmente é que com o grande número de deficientes, poucos são vistos circulando e participando das diversas atividades de nossa

sociedade, pois além da falta de acessibilidade nas construções de ambientes físicos, ainda existe preconceito nas pessoas (ZAMPAULO, 2005).

A associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - define a acessibilidade à edificações, espaço imobiliário e equipamento urbanos, pela NBR 9050/04, como sendo possibilidade e condições de utilização a estas pessoas com segurança e autonomia (ZAMPAULO, 2005).

Ainda para Zampaulo (2005), é importante adaptar ambientes utilizados, como hospitais, clínicas, consultórios, comércio, áreas de lazer, locais públicos, para que os portadores possam ter seu direito de ir e vir garantido.

O Ministério do Turismo (2010, p.15), define que existem, várias deficiências e as descreve da seguinte maneira:

- Deficiência Física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, ostomia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto deformidades estéticas e as que não possuem dificuldades para o desempenho de funções;
- Deficiência auditiva que seja ela a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- Deficiência Visual pode ser compreendida a cegueira, no qual a acuidade visual é igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com correção óptica, em casos cujo somatório da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores;
- Deficiência Intelectual é o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes de dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidade social, utilização dos recursos

da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

- Deficiência Múltipla é a associação de duas ou mais deficiências.

Segunda a EMBRATUR (2011), 10% da população brasileira é portadora de necessidades especiais, sendo excluídos da atividade turística por falta de infraestrutura adequada. Para solucionar alguns desses problemas o Ministério do Turismo criou um manual com o intuito de criar parâmetros de acesso ao portador com deficiência, que possibilita acesso e sugere adaptações nas principais áreas do turismo.

Muitos movimentos foram criados e muitos projetos de acessibilidade existem hoje, com o objetivo de promover a inclusão social, operadoras de turismo juntamente com ONGs tem desenvolvido projetos de inclusão, como o projeto “Praia para todos”, criado pela Instituição Novo Ser, que tem muitos projetos nessa área; a Associação Desportiva para Deficientes, que inclui muitas pessoas no esporte, a ONG Aventura Especial, ONG Acessível e o projeto Cadeirantes.

### 3.4 ECOTURISMO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Com a evolução da ciência ao longo dos anos, permitiu-se desenvolver várias tecnologias para os P.N.Es, tornando a acessibilidade ainda maior, com normas, leis e muitos projetos de inclusão social, o que ocasionou a queda das barreiras do preconceito, diminuindo a discriminação, mas ainda há um longo caminho (ALMEIDA, 2005).

Ainda para o autor acima citado, ainda que o lazer seja um direito assegurado em lei, Artigo 6º da Constituição da República Federal do Brasil, as barreiras de acesso a ele, apresentam-se atreladas às classes sociais, ao poder econômico, faixa etária, espaço urbano o que na maioria das vezes apresenta-se como limitante na prática deste direito.

Com a mudança de comportamento dos turistas, que buscam diferentes experiências integradas ao contato com a natureza, fez crescer expressivamente a oferta de produtos e serviços de turismo de aventura, despertando o interesse das

governanças significativamente e levando este segmento a tornar-se prioridade para investimentos em organização e estrutura de atividades (ABETA,2010).

A ABETA (2010), analisou a acessibilidade nos últimos anos e verificou que o tema está evoluindo no Brasil, apesar das barreiras e do muito que ainda tem pra ser feito, a legislação também avançou consideravelmente sobre os direitos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo o acesso dessas pessoas a todos os bens e serviços com segurança e autonomia, em todos os aspectos, o que indica o amadurecimento da sociedade sobre o tema.

Como a maioria das pessoas não possui qualquer tipo de deficiência ou comprometimento de sua mobilidade, as pessoas que possuem mobilidade reduzida também têm vontade de viajar, conhecer novos lugares e realizar atividades que lhes proporcionem prazer, diversão, descanso e novas experiências, partindo daí estas pessoas desenvolvem a vontade de praticar esportes, atividades de aventura, ecoturismo e descobrir até onde vão suas limitações (ABETA, 2010).

Com a evolução das questões entre acessibilidade e práticas ecoturísticas, as unidades de conservação (UCs), constituem-se de espaços com acentuadas características naturais e de relevância, com seu manejo e uso para atividades humanas, através de ações de preservação e manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, importante no desenvolvimento destas práticas (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010).

A maioria destas UCs possui condições para a promoção da educação ambiental, recreação em contato direto com a natureza, e partindo deste contexto pensa-se na inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência, mais diretamente as com necessidades especiais físicas, e incluí-las neste cenário é uma das questões a ser tratada neste trabalho (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010).

As trilhas interpretativas em atividades de turismo tornam-se importantes instrumentos para a educação e percepção ambiental principalmente para cegos, pois estes percursos promovem um contato mais íntimo com a natureza e o homem, uma vez que os recursos ali presentes proporcionam novos conhecimentos aos visitantes. Portanto, se faz necessário que estas trilhas sejam elaboradas e construídas de maneira a serem acessíveis a toda a sociedade, incluindo as pessoas com mobilidade reduzida (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010).

Para pesquisadores como Nunes et al. (2008), é muito importante que se verifique as necessidades de cada portador de deficiência, e permitindo que estes coloquem suas experiências e suas contribuições nas atividades, para isso é necessário ter: monitor específico acompanhando todas as atividades; possibilidade de roteiros alternativos, como o bóiacross, passeio à cavalo; formas de deslocamento, como transportes e equipamentos; técnico em saúde para possíveis emergências; cuidado com horários de medicamentos, entre outras preocupações.

Para receber este público verifica-se a necessidade de criar novas estruturas ou adaptar as já existentes, segundo as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, colocadas pelo Ministério do Meio Ambiente (2006), deve-se:

- Observar e atender à legislação e às normas específicas para promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Considerar o planejamento e gestão da visitação no ecoturismo, quando viável e aplicável;
- Realização da igualdade de oportunidades, que diz respeito ao processo mediante o qual serviços, atividades, informação e documentação são postos à disposição de todos;
- Assegurar que arquitetos, engenheiros civis e outros profissionais, responsáveis pela concepção e construção de empreendimentos incluam em seus projetos e obras as intervenções necessárias para garantir a acessibilidade;
- Consultar as organizações de pessoas portadoras de necessidades especiais durante a elaboração de padrões e normas de acessibilidade, desenvolvendo atividades e produtos específicos para este público.

Pensando desta maneira, desenvolver atividades que englobam este público diferenciando esta nos desafios a serem cumpridos, incluindo-os em atividades de áreas naturais com exercícios físicos adaptados, recreação, contemplação da natureza proporcionando-lhes bem estar, satisfação, auto-estima e socialização, levando a eles conhecimentos, técnicas, habilidades, atitudes voltadas a educação ambiental (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010).

Muitas das atividades de ecoturismo e turismo de aventura oferecidas não possuem adaptações tecnicamente complexas para atender pessoas com deficiência, por outro lado adaptar atividades exige conhecimento específicos,

prioritariamente para equipamentos de segurança, que nos projetos geralmente não são levados em conta este público diferenciado. Portanto para buscar soluções que concretizem a acessibilidade de forma adequada é preciso primeiramente entender quais as limitações das pessoas e partir deste ponto (ABETA,2010).

Com essa visão, as soluções principais para incluir são as adaptações de rampas de acesso para embarque e desembarque de veículos e embarcações, assentos em botes, cadeirinhas para realização de atividades com uso de técnicas verticais (rapel), veículos adaptados, cadeiras de rodas adaptadas aos percursos, dentro outras modificações. É muito importante que todo o processo seja feito com a participação de pessoas com deficiência e testar cada situação de maneira controlada, porém real (ABETA, 2010).

Ainda que as empresas tenham em mente seus públicos especificadamente e adaptem seus produtos e serviços, como as atividades específicas para determinada deficiência, devemos buscar também adaptações que possam ser utilizadas por pessoas de diferentes tipos de deficiência, pois cada deficiência possui suas particularidades e mesmo duas ou mais pessoas que portam igual dificuldade possuem capacidades diferenciadas para lidar com as barreiras que encontram (ABETA,2010).

Com o objetivo final de promover a inclusão social dos portadores de necessidades especiais nas práticas do turismo ecológico tem-se refletido juntamente com ONGs (Organizações não governamentais), para a mudança destas questões de inclusão social, levando operadoras de turismo a se adaptarem, para poder perceber quais as reais necessidades destas pessoas e adequar os devidos locais a elas (NUNES et al, 2008).

## 4 MATERIAIS E MÉTODOS

Quando observa-se a região Oeste do Paraná, especificamente os empreendimentos A e B no município de Medianeira, com atividades ecoturísticas, verifica-se uma ausência total ou parcial de adaptações para pessoas com necessidades especiais, a partir de visitas particulares a estes locais, surgiu a intenção de estudar outros casos através de bibliografias pertinentes e desenvolver sugestões de adaptações aos locais visitados antes de iniciar as pesquisas.

O empreendimento turístico A, possui adaptações básicas de acessibilidade, porém não possui adaptações nas atividades de ecoaventura; o empreendimento B, não possui qualquer tipo de adaptação para a acessibilidade ao local, ou para as atividades desenvolvidas.

Para desenvolver esta pesquisa optou-se pelo estudo de caso, pois se constitui do estudo de unidades definidas, procurando sugerir as ações necessárias e as mudanças aos locais, partindo-se da utilização de pesquisas bibliográficas, utilizando situações que já acontecem em outros locais.

Para Rodrigo (2008), o estudo de caso é uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é analisar uma ou mais unidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema, uma pessoa ou unidade social. O pesquisador utiliza vários instrumentos e estratégias, podendo confrontar situações com outras já conhecidas e com teorias existentes, podendo ainda criar novas questões para futura investigação.

O público requerido são portadores de necessidades especiais, como cegos, e portadores de necessidades físicas, em locais de atividades de ecoturismo, situadas no município de Medianeira, oeste do Paraná.

## 5 RESULTADO E DISCUSSÕES

O estudo investigou ações para possíveis adaptações e inclusão social de portadores de necessidades especiais no ecoturismo através de atividades variadas, na região Oeste do Paraná. Para o empreendimento A, atividades de ecoaventura podem ser facilmente adaptadas, já que o local possui acessibilidade e desenvolve atividades de bóiacross, tirolesa, cavalgada, trilha, balonismo e jeep tour. O empreendimento B, não possui os princípios básicos de acessibilidade, devendo adequá-los e implantar ações sugeridas como, trilhas, banho de rio e vôlei adaptado, atendendo as condições do local.

No empreendimento A e B, pode-se adaptar as rampas já existentes garantindo melhor deslocamento, como nas rampas, corredores, escadas, entradas, trajetos contínuo, desobstruídos e sinalizados que ligam ambientes internos e externos, ainda adequar estacionamentos, calçadas rebaixadas; mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de cadeirantes, serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por interpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais, libras e no trato com aquelas que se comunicam em libras e para pessoas surdocegas; pessoal capacitado para prestar atendimento.

Para o Ministério do Turismo (2010), o conceito de acessibilidade no turismo de aventura ou no ecoturismo engloba tanto os produtos oferecidos, como os equipamentos e procedimentos operacionais, que devem ser disponíveis tanto físicos quanto verbal a todas as pessoas, inclusive as com mobilidade reduzida.

Para isso encontra-se na ABNT NBR 9050/2004, sempre que houver parques, praças ou locais turísticos deve haver pavimentação e mobiliário montado, estes devem ser acessíveis. Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com a mínima intervenção no meio ambiente.

Ainda a ABNT coloca que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável, antiderrapante em qualquer ocasião, que não provoque trepidação. Nos casos de áreas ou elementos que realmente não seja possível promover adaptação,



tornando-o acessível ou visitável, deve-se garantir acesso por meio de informação visual auditiva ou tátil.

Para locais inacessíveis ou com visitação restrita devem ser oferecidos mapas, maquetes, peças de acervo originais ou réplicas, sempre com a possibilidade de serem tocadas para a compreensão tátil.

As barreiras consideradas impedimentos que são encontrados no meio físico (criado pelo próprio homem), que dificultam ou impossibilitam a transitabilidade dos PNE, e a existência de prédios, calçadas, escadas, ou qualquer obstáculo que se mantêm inacessíveis ou impossíveis de se utilizar deve ser revisada e adaptada (ALMEIDA, 2005).

Ainda para a autora acima citada, pessoas afetadas por alguma forma de deficiência e que gostariam de utilizar seu tempo livre para atividades turísticas e/ou recreativas, geralmente encontram várias situações de conflito neste espaço, entretanto deve ocorrer adequação legal desses espaços, pois geralmente são locais comprometidos pela dificuldade de acesso.

Para Zampaulo (2005), a ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas define através da NBR 9050/94 os portadores de necessidades especiais têm direito a acessibilidade, a possibilidade de alcance e utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço imobiliário e equipamentos urbanos. Portanto é necessário adaptar todos os locais utilizados por estas pessoas, como residências, locais de trabalho, clínicas, hospitais, comércio e áreas de lazer (como as unidades de conservação destinadas a visitação) o que significa permitir além do ir e vir e da garantia de igualdade, uma abordagem diferenciada do tema deficiência.

Cada local deve haver acompanhamento profissional, ou pessoas treinadas e capacitadas em atender este público, tanto para uma eventual necessidade de emergência, quanto para atendimento às exigências de cada um, não foram observado pessoal treinado para atender ao público diferenciado.

Nos dois locais analisados, empreendimento A e B, observou-se que é de suma importância a preparação de colaboradores, pois trata-se de um investimento indispensável, porque só aumenta as chances de melhorar o atendimento aos clientes e possibilita ampliar o campo de atuação da empresa.

Para atender aos portadores de necessidades deve-se possuir conhecimento sobre o tema, para não haver discriminação, mas sim tratamento com igualdade; as

atividades devem ser realizadas com pessoas que não possuem as condições de inacessibilidade; perceber as necessidades de cada cliente; ter paciência em conduzi-los, uma vez que estas pessoas possam necessitar de mais tempo para se expressar ou se movimentar (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Pessoas treinadas ainda devem saber lidar com situações de discriminação devido à falta de informação de outras pessoas, entender a comunicação verbal e contato visual de deficientes auditivos, conhecer o mínimo de posicionamento corporal e ergonomia.

As trilhas adaptadas podem ser introduzidas nos locais visitados, pois possuem ambiente para o público com deficiência, principalmente o deficiente visual, pois permitirá uma interação com meio ambiente, proporcionando desenvolver melhor as sensações e cheiros, bem como reconhecimento de determinados locais.

Para Buzoli (2011), para desenvolver trilhas adaptadas para cegos, é necessário conhecer as dificuldades do público e dos que irão trabalhar na condução dos grupos, descobrindo como deverão interagir, levando em conta suas limitações, condições de proteção e segurança.

Custódio (2004), que o ecoturismo é considerado a atividade ideal para deficientes visuais, pois por este possuir maior sensibilidade auditiva para estímulos sonoros, sensibilidade ao vento, tato para identificar espécies arbóreas diferenciadas, onde o conjunto destas características possibilita a localização de um novo ambiente.

Para Ramos (2006), as trilhas adaptadas devem ter sistemas de informação, como método Braille ao longo da trilha, sinalização com cordas pelo percurso e acompanhamento visual no auxílio e informações dos locais, a trilha ainda pode ter árvores com trocos e sementes identificadas para o tato, folhas utilizadas no olfato, animais empalhados para identificação e por fim uma conversa com informações ecológicas do local.

Uma das principais atividades desenvolvidas nos locais de ecoturismo da região é o banho de rio, ou canoagem, por isso pode-se adaptar o Banho de rio assistido que é baseado no banho de mar do projeto “praia para todos” que acontece no Rio de Janeiro. O Banho de rio deve ser acompanhada por três ou mais pessoas, que podem ser profissionais ou voluntários treinados, que levariam os cadeirantes em uma cadeira adaptada com rodas que flutuam (ver Figura 1), até o

rio e lá entrariam com a mesma, os dois empreendimentos podem adequar o banho de rio, pois contam com a passagem de rios nos locais das atividades.



Figura 1 – Cadeiras utilizadas para o banho de mar, que podem ser utilizadas no banho de rio.

Fonte: Projeto Praia para todos

Para Araujo e Souza (2009), o contato com a água é um dos melhores exercícios físicos. A facilidade e a liberdade de movimento são devido às propriedades físicas da água como a propriedade de sustentação, empuxo e eliminação da força da gravidade, que aliviam o estresse sobre as articulações que sustentam o peso do corpo, auxiliando no equilíbrio estático e dinâmico o que além de facilitar movimentos, melhora a capacidade motora do indivíduo.

Ainda para os autores acima citados, a água propicia ao P.N.E. experimentar suas potencialidades, vivenciar suas limitações, conhecendo suas capacidades, assim consegue quebrar suas próprias barreiras, desfrutando do lazer, aumentando sua auto-estima e autoconfiança.



Figura 2 – P.N.E. em cadeira para água  
Fonte: Projeto Praia para todos

Outra atividade que poderá ser adaptada e desenvolvida nos locais é a pedalada através da handbike e jeeptour. A atividade de Handbike consiste numa bicicleta adaptada para portadores de necessidades especiais onde utilização das mãos para pilotar a mesma. A atividade deverá ser desenvolvida em locais ao ar livre, trilhas adaptadas, pistas de terra ou concretadas, gramado, com dimensões para a passagem da mesma.

Batista e Diniz (2011), a handbike é uma ajuda a mais para contribuir com os portadores de deficiências físicas, pois os auxilia na sua locomoção, transporte. O modelo visto na Figura 3 é importado, entretanto existem muitas adaptações com valores mais em conta no mercado.

A primeira sensação obtida com o uso da handbike é a do vento tocando a face, com a sensação de liberdade, adrenalina e bem-estar. Uma atividade democrática, pois pessoas com variações de deficiência física podem utilizar, pois os acionamentos podem ser feitos com pescoço, cotovelo, o que inclui nas atividades pessoas tetraplégica (SHIMOSAKAI, 2011).



Figura 3 – Handbike, utilizada para esportes e locomoção  
Fonte: Projeto praia para todos

Para programas de ecoaventura que já disponibilizam a atividade de Jeep tour, podem implantar o jeep tour adaptado, atividade na qual consiste em um passeio com o cadeirante dentro do automóvel, mas apenas o empreendimento A poderia adaptar a atividade, pois já possui o passeio de jeep.

O passeio de Jeep ainda é conhecido como O “Off Road” ou “Fora da estrada”, esta atividade é desenvolvida em locais desprovidos de pavimentação e de difícil acesso. Nesta atividade o contato com a natureza é algo desejado e apreciado e o objetivo é superar as dificuldades de acesso e transposição impostas pela natureza como, por exemplo, na forma de lama, pedras, erosões, subidas e descidas íngremes, alagamentos, etc. O jeep tour está associado à adrenalina e à velocidade, pois as atividades mais comuns utilizam-se de veículos motorizados como motos, jeep e camionetes, mas também existem atividades fora de estrada praticadas com cavalos, bicicletas e também a pé (ABETA, 2010) .

Para desenvolver esta atividade também deve ser levada em consideração a instrução em braile, língua de sinais, combinar com estes sinais para baixar, segura e proteger a cabeça, sistemas de segurança, como sinto de segurança, óculos de proteção para evitar contato com barro ou galhos.

O Jeep tour pode conter rampas ou elevador pela porta traseira, onde por um controle o equipamento abra e desça até o chão, o cadeirante coloca sua cadeira em cima do elevador, passa um cinto de segurança atrás no chão do elevador, onde

é erguido até o nível do chão do veículo, o cadeirante dentro do veículo fica preso por um sistema de segurança convencional.



Figura 4 – modelo de Jeep utilizado no Rio de Janeiro para ecoturismo  
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

A atividade de Jeep Tour ainda é pouco desenvolvida no Brasil, a pioneira no trabalho foi a cidade do Rio de Janeiro que conta com carros adaptados para fazer passeios em pontos turísticos da cidade. São automóveis com sistema de travas nas rodas das cadeiras. Mais uma atividade que permite aos P.N.Es.

Para Almeida (2005), quando as ações são vivenciadas de formas mais amplas, praticada em tempo disponível, é fundamental o caráter de vivência, ou seja, não se busca outra recompensa além da satisfação provocada pela situação, pois o lazer é demasiadamente importante para a qualidade de vida.

O vôlei Adaptado é uma atividade que pode ser desenvolvida em qualquer espaço e nos dois locais observados, a atividade visível nas Figuras 5 e como vimos neste trabalho, é de suma importância para os PNEs desenvolver atividades que gerem prazer, adrenalina, o esporte é um dos mais praticados por portadores de necessidades físicas.



Figura 5 – vôlei adaptado  
Fonte: Projeto Praia para todos

Segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da pessoa com Deficiência (2008), desenvolver a prática esportiva, bem como a preparação de atletas é muito importante, pois esta atividade também é utilizada como recurso de reabilitação, integração social e conscientização da sociedade sobre os potenciais das pessoas com deficiência.

O arvorismo também pode ser desenvolvido em ambos os espaços A e B, pois contam com flora rica para aplicar a atividade. O arvorismo é uma atividade que consiste na travessia entre plataformas montadas no alto das copas das árvores, atravessando obstáculos como escadas, pontes suspensas, tirolesa e outras atividades que podem ser criadas, pode servir para estudo de fauna e flora das camadas mais altas de árvores.

O arvorismo pode ser contemplativo e acrobático, onde os praticantes necessitam de maior equilíbrio, presos a equipamentos deslizam por tirolesas ou caminham sobre cabos, e se penduram em redes como visualizado na Figura 6.



Figura 6 – Portador de Síndrome de Down praticando o arborismo.  
Fonte: Ministério do Turismo



Figura 7 – Atividade de arborismo  
Fonte: Ministério do Turismo

Segundo o Ministério do Turismo (2008), este tipo de atividade pode ser desenvolvida por pessoas com deficiência auditiva, visual, ataxia, surdocegos e síndrome de Down, pois a prática destas atividades se torna impossível devido a mobilidade reduzida ou perda total nos quatro membros. Entretanto, poderia adaptar



o arvorismo, onde o participante desenvolve o percurso com a técnica da tirolesa assistida, ou ainda passarelas aéreas acessíveis a cadeirantes.

Ainda há a possibilidade de desenvolver a atividade de tirolesa e bóiacross, já que os dois empreendimentos possuem capacidade de desenvolver esta atividade, mas o empreendimento A, pode adaptá-la, pois já desenvolve esta atividade. A tirolesa consiste em um cabo aéreo ancorado horizontalmente entre dois pontos, pelo qual ocorre o deslocamento através de roldanas conectadas por mosquetões a uma cadeirinha de alpinismo, esta atividade permite ao praticante a emoção de voar por vales contemplando belas paisagens. O trecho da tirolesa pode ser totalmente adaptado para a entrada de cadeiras. Porém, por medidas de segurança é recomendável transportar os paraplégicos ou tetraplégicos com o auxílio de duas pessoas (ABETA, 2010).

O bóiacross é uma atividade de aventura genuinamente brasileira, esta por se tratar de uma pratica desenvolvida na água, necessita que o local possua infraestrutura de vestiário para troca de roupas. As pessoas com deficiência que utilizam cadeira de rodas necessitam de um móvel acolchoado para que possam se deitar para a troca de roupa. Este equipamento deve estar a uma altura adequada para a transferência e deve ter um colchão fino e macio, para evitar lesões. O colchão deve estar recoberto por um material impermeável, pois os participantes chegarão molhados ao final da atividade. Deve-se contar também, se possível, com uma ducha adaptada para que os participantes possam tomar um banho quente no final da atividade.



Figura 8 – Exemplo de bóiacross desenvolvido pela ABETA  
Fonte: ABETA

Para desenvolver todas estas atividades ainda deve haver a preocupação com os meios e materiais adaptados, como cadeirinha para técnicas verticais, que servem para pratica de tirolesa, rapel e arborismo, consiste em uma cadeira com desenho diferenciado que deixa na posição correta uma pessoa que não tenha sustentação do tronco, envolve a pessoa das costas até as pernas, com três sistemas de segurança reguláveis individualmente e cadeira para atividade em bote rafting, feita em fibra de vidro, é totalmente acolchoada e conta com um apoio de cabeça regulável. A cadeira é fixada no bote com fitas de velcro para possibilitar a colocação e retirada do equipamento, fica na parte do meio, acomodada entre as duas bisnagas. Na cadeira, a pessoa fica posicionada corretamente, não tombando durante o percurso, a pessoa fica apenas encaixada na cadeira, e não presa, podendo praticar a atividade tranquilamente. O colete salva-vidas adaptado consiste em maior flutuação na parte frontal, que acompanha duas bóias auxiliares para as pernas, ideal para pessoas com mobilidade reduzida ou sem mobilidade, o colete deve possuir uma cor diferenciada para facilitar a identificação e rapidez no resgate. E por fim a cadeira de uma roda, este equipamento atende diversas finalidades, como caminhada, trilhas e passeios de turismo rural, conta com apenas uma roda para passar por locais estreitos ou mais rodas para pessoa obesa, e apoio de pé regulável conforme a altura do usuário, possui utilização é simples como a cadeira de rodas convencional, necessitando apenas ser assistido por dois condutores para sua locomoção, uma vez que conta com apenas uma roda, estas adaptações foram baseadas em estudos da ABETA (2010).

Muitas atividades podem ser desenvolvidas juntas aos portadores de necessidades especiais nestes locais A e B, pois a realização de atividades turísticas para PNEs é subjetiva e influenciada por diversos fatores, mas pode ser superada por vários estímulos, como por exemplo, o gosto por determinada atividade ou a vontade de superar seus limites, podendo ainda desenvolver outras atividades, basta que se tenha acessibilidade e equipe qualificada. O presente trabalho coube ressaltar algumas atividades relacionadas ao turismo de aventura, outras atividades podem ser desenvolvidas de acordo com o oferecido em cada ambiente.

Ainda existem muitas dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no turismo, mas também há problemas enfrentados em transportes públicos, meios

de hospedagem, restaurantes e lanchonetes, estabelecimentos comerciais, vias públicas. Isso significa que para conquistar o mercado consumidor de produtos acessíveis é necessário um esforço conjunto, que envolva vários atores do destino turístico, como órgãos públicos, agências de viagem, empresas que oferecem transporte, hospedagem, entretenimento, alimentação e outros produtos que tenham o turista como público-alvo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos desenvolvidos verificou-se que a acessibilidade está longe de ser uma realidade no Brasil. Muito ainda deve ser feito para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam ter iguais oportunidades em relação ao restante da população. Entretanto, a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência avançou de forma significativa na última década, principalmente nos últimos anos, e os esforços do poder público e da sociedade para garantir a efetivação de tais direitos têm sido constantes.

Como as atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura estão tendo relevância e significatividade no mercado de serviços de bem-estar, a procura tem aumentado, mas estas ainda são muito distintas e realizadas em locais e situações diferentes, por isso é difícil a apresentação de uma “fórmula” que sirva para todas as situações.

Todos devem estar envolvidos na implementação da acessibilidade para que o atendimento adequado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida não seja apenas parcial e para que o destino como um todo ganhe visibilidade no mercado do ecoturismo acessível. Para que esse resultado seja alcançado, deve-se ter em mente que os esforços para implementar a acessibilidade não podem se esgotar no entendimento próprio.

Deve-se colocar o tema em pauta em diferentes níveis de governança, discutindo essas questões em Conselhos de Turismo, junto às Secretarias Municipais de Turismo, em associações e outras iniciativas da sociedade civil e, assim, participar de forma ativa da proposição e da execução de medidas que visem à acessibilidade, buscando benefícios para o próprio negócio, para a localidade em que se atua e para toda a sociedade.

De qualquer modo, é altamente recomendável olhar para os produtos e serviços de forma crítica, avaliar as soluções e testá-las planejando procedimentos em situações reais com a participação de pessoas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida e, desta forma, acrescentar e redefinir os ajustes que levarão ao aprimoramento dos produtos e serviços. Isso faz parte do processo de aprimoramento independentemente do público a ser atendido.

Não se deve ter medo ou um pré-conceito, mas sim respeito pelas pessoas e, principalmente, no Turismo de Aventura e Ecoturismo as poucas experiências que existem têm demonstrado que investir em acessibilidade pode, sim, ser uma ótima oportunidade de aprendizado, negócio e inclusão social.

## 7 REFERÊNCIAS

ABETA. MINISTÉRIO DO TURISMO.; Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura. Belo Horizonte: Ed. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Belo Horizonte, 2010. 40 p. ISBN 978-85-62714-11-5.

ABNT NBR 9050/2004. Norma Brasileira. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços urbanos e equipamentos urbanos. 2 ed. 2004.

ALMEIDA DE A. R.; Lazer e Turismo. Relatório Científico III, Roteiros Turísticos para Pessoas com necessidades Especiais. USP, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: [www.turismoadaptado.com.br/.../roteiros\\_turisticos\\_para\\_pessoas\\_com\\_necessidades\\_especiais.pdf](http://www.turismoadaptado.com.br/.../roteiros_turisticos_para_pessoas_com_necessidades_especiais.pdf) Acesso em: 12 fev 2011

ARAUJO. G. L.; SOUZA. T. G.; Natação para portadores de necessidades especiais. Revista Digital. Buenos Aires, ano 14, nº137. 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 21 fev. 2011.

BATISTA. G. M.; DINIZ. R. L.; Handbike para pessoas de deficiência físico-locomotoras: uma proposta preliminar. Universidade Federal do Maranhão. Maranhão. Disponível em: <http://www.nepp.ufma.br/documentos//artigoHANDBIKEinternacionalDESIGN.pdf> Acesso em 21 maio 2011.

BERALDO. T. Cultura da sustentabilidade e simbologia do ecoturismo: a viagem como atividade transformadora da sociedade. 2010. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Disponível em: [www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo13.pdf](http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo13.pdf) Acesso em: 20 fev 2011.

BUZOLI. A. Deficientes visuais nas trilhas e ecoturismo. Goiânia. GO. Disponível em: [www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/.../NT00031D32.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/.../NT00031D32.pdf) Acesso em: 10 março de 2011.

BURAZTYN. I.; Políticas Públicas de Turismo Visando a Inclusão Social. Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2011

CÂNDIDO, A. P.; I Encontro Metropolitano de Educação Ambiental Martim Pescador Mesa Redonda III: Educação Ambiental, Turismo e Sustentabilidade Reflexão: Turismo e Ecoturismo, 2008. Disponível em: <[http://www.apoema.com.br/Luciane\\_Candido.pdf](http://www.apoema.com.br/Luciane_Candido.pdf)> Acesso em 21 out de 2010.

CUSTÓDIO. V. Turismo adaptado e lazer para portadores de necessidades especiais visuais. Nov. 2004. Disponível em: [www.educacaoonline.pro.br/index.php?...portadores-de-necessidades especiais](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?...portadores-de-necessidades-especiais). Acesso em: 27 jan 2011.

CRISTOFIDIS. M. L. DE S.; Turismo em Brasília para portadores de necessidades especiais. Universidade de Brasília, UNB. Brasília, 2003. Disponível em: [bdm.bce.unb.br/handle/10483/380](http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/380). Acesso em: 10 nov. 2010.

D'AMARAL. T. C.; INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Inclusão Social da Pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença. IBDD. Ed.1. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [www.ibdd.org.br](http://www.ibdd.org.br). Acesso em: 10 fev 2011.

Ecoturismo e educação ambiental. Disponível em:< <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/cursos/EcoturismoeEA.pdf>> Acesso em: 25 out 2010.

EMBRATUR. Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos. Disponível em: [www.embratur.org.br](http://www.embratur.org.br). Acesso em: 10 mar. 2011.

GOVERNO DE SÃO PAULO. Ecoturismo e Educação Ambiental. Disponível em < <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/cursos/EcoturismoeEA.pdf>> Acessos em: 27 out 2010.

INSTITUIÇÃO NOVO SER. Projeto Praia Para Todos. Disponível em: [www.novoser.org.br/](http://www.novoser.org.br/) Acesso em: 10 abril 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Inclusão Social da Pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença. IBDD. Ed.1. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [www.ibdd.org.br](http://www.ibdd.org.br). Acesso em: 10 fev 2011.

LASKOSKI. T. G.; Ecoturismo: meio ambiente. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. Curitiba, 2006. Disponível em: [pessoal.utfpr.edu.br/gustavothl/outros/doc1.pdf](http://pessoal.utfpr.edu.br/gustavothl/outros/doc1.pdf). Acesso em: 12 fev. 2011.

LASKOSKI. T. G.; Ecoturismo: meio ambiente. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. Curitiba, 2006, p.7. Disponível em: [pessoal.utfpr.edu.br/gustavothl/outros/doc1.pdf](http://pessoal.utfpr.edu.br/gustavothl/outros/doc1.pdf). Acesso em: 12 fev. 2011.

MACIEL, C. R. M.; Portadores de deficiência, a questão da inclusão social. São Paulo, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>> Acesso em: 10 nov 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual de Boas praticas: acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura. 1 ed. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://turismoadaptado.wordpress.com/2011/05/25/manual-de-boas-praticas-de-acessibilidade-em-ecoturismo-e-turismo-de-aventura/>. Acesso em 30 out. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PORTARIA MMA Nº 120, DE 12 DE ABRIL DE 2006. Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/portarias/2006\\_Port\\_MMA\\_120.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/portarias/2006_Port_MMA_120.pdf) > Acesso em: 28 nov de 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Livro Disponível em: <[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/cadernos\\_manuais/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf)> Acesso em 30 out. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008, p. 15. Livro Disponível em: <[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/cadernos\\_manuais/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf)> Acesso em 28 out. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008, p. 16. Livro Disponível em: <[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/cadernos\\_manuais/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf)> Acesso em 28 out. 2010.



MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008, p. 25. Livro Disponível em:<[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/cadernos\\_manuais/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf)> Acesso em 10 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008, p. 29. Livro Disponível em:<[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/cadernos\\_manuais/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf)> Acesso em 10 nov. 2010.

NEIMAN. Z.; Ecoturismo em unidades de conservação como estratégia para educação ambiental. Disponível em: [www.anppas.org.br/encontro\\_anual/.../GT/.../zysman\\_neiman.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/.../GT/.../zysman_neiman.pdf). Acesso em: 12 maio 2011.

NUNES, E. et al; Inclusão social de portadores de necessidades especiais (pnes) e a prática do turismo em áreas naturais: avaliação de seis cavidades turísticas do estado de são paulo. Campinas, SeTur/SBE. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 2008. Disponível em:< [http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc\\_v1\\_n1\\_077-088.pdf](http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v1_n1_077-088.pdf)> Acesso em: 15 nov 2010.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR DO TURISMO RURAL E ECOLÓGICO. APL DE TURISMO RURAL E ECOLÓGICO. Governo do Estado do Amazonas, 2008. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1248265262.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248265262.pdf). Acesso em: 10 fev. 2010.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: [www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo](http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo). Acesso em: 12 maio 2011

RAMOS. S. V.; Técnicas de Condução de Grupos Portadoras de Deficiência Visual em Trilhas Ecológicas. Porto Alegre, 2006. Disponível em: [http://institucional.turismo.gov.br/fmt/AT2-1-6\\_3.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/fmt/AT2-1-6_3.pdf) Acesso em: 12 fev. 2011.

RODRIGO. J.; Estudo de Caso. Fundamentação Teórica. VESTCON, Brasília. DF. 2008.

SHIMOSAKAI, R.; Turismo Adaptado. Disponível em: <http://turismoadaptado.wordpress.com/2011/04/15/handbike-ou-handcycle-a-bicicleta-adaptada-para-o-esporte-ou-lazer/>. Acesso em 16 maio 2011.

ZAMPAULO, DE A. R.; LUZ, S. C.; NUNES, E.; Inclusão Social de portadores de necessidades especiais e a prática do turismo em áreas naturais: Relato de caso no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR-SP). Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Espeleologia. Campinas, SP. 2005.